



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

**NOTA TÉCNICA Nº 12/2008**

- I. Identificação do bem cultural:** Ruínas da Mina de Arêdes
- II. Localização:** Cercanias do Pico do Itabirito.
- III. Objetivo:** Definir a relevância cultural das ruínas.
- IV. Município:** Itabirito.
- V. Breve histórico:**

O município de Itabirito está situado em uma região rica em minerais das mais diversas espécies, e é por este fator, que a atividade econômica mais desenvolvida está relacionada à atuação de mineradoras. Muitos desbravadores se dirigiram ao município a fim de obter riquezas, alguns desses, foram os bandeirantes Fernão Dias Paes Leme e Borba Gato, quando nos idos de 1660, voltaram suas atenções para esta região. Os outros bandeirantes que para o município vieram, conquistaram terras, e se fixaram em alguns locais como: Cata Branca, Córrego Seco, Arêdes, Bragança, Pé de Morro entre outros.

A região que hoje conhecemos por Itabirito, possuiu diversas designações, de Nossa Senhora da Boa Viagem do Rio de Janeiro, passando por “Itaubyra” a Freguesia de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> da Boa Viagem de Itabira do Campo, e após o ano de 1745, tornou-se apenas, Freguesia de Itabira do Campo. Itabira, que em língua dos primitivos habitantes, quer dizer “moça de pedra”, era uma freguesia pertencente à comarca de Ouro Preto. Foi posteriormente outorgada a categoria de distrito no ano de 26 de Fevereiro de 1752, por ocasião de uma carta régia enviada por D. João V. Com relação à elevação de distrito a município, as datas são divergentes, em alguns dos materiais consultados é atribuído ao ano de 1924 o período em que ocorreu este fato.

Todavia, em um folheto produzido pelo município de Itabirito, obtemos a informação de que foi no ano de 1923 a elevação do distrito à categoria de município, sendo esta mesma data, a mais recorrente em estudos sobre a região. Nesta ocasião, recebeu o nome de Itabirito, devido a quantidade de minério de Ferro existente no local. O folheto ainda esclarece “(...) Em razão do decreto-lei 148 de 17 de Dezembro de 1938 foi criada a comarca de Itabirito desmembrando-se de Ouro Preto. (...)”<sup>1</sup>. Sabendo da importância da atividade mineradora exercida em Itabirito, torna-se fundamental o conhecimento de suas minas como uma forma de reconstruir parte da história local.

O mineral mais explorado no Brasil foi ouro e sua extração se deu por meio dos mais variados métodos. O tipo mais comum deste metal era o ouro de aluvião, sendo que este podia ser encontrado aflorando à superfície. No entanto, a partir da segunda metade do século XVIII, esse metal passou a se tornar escasso, e sua obtenção se tornava cada vez mais difícil. Dessa forma, se tornou necessário empreender escavações profundas afim de que este minério pudesse ser encontrado, sendo criadas galerias subterrâneas. No entanto, essas

<sup>1</sup> Itabirito - MG



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

galerias eram construídas com poucos recursos por meio de técnicas rudimentares e contavam com a inexperiência por parte dos mineiros.

Com a decadência do ouro no século XIX, outros minerais passaram a ganhar fundamental importância como quartzo, pirite, itabirito, entre outros. Foi nesta conjuntura que os minerais preciosos cederam lugar aos chamados “minérios úteis”, passando a ter grande exponencial o minério de ferro. Se inicialmente este mineral era utilizado apenas para fabricação de ferramentas necessárias para a exploração de ouro, utensílios domésticos, e outras utilidades, no decorrer do século, se tornou um mineral muito explorado, atendendo a inúmeras necessidades.

Para dirigir as fábricas metropolitanas de ferro, o governo Português contratou Wilhelm Ludwig Von Eshewege, um engenheiro especializado em minas. Eshewege ficou na direção do Real Gabinete de Mineralogia do Rio de Janeiro, se tornando responsável também, por fornecer orientações e instruções a toda indústria mineradora do país. A atuação de Eshewege pode ser compreendida como um pioneirismo, marcando uma nova fase na história da mineração de nosso país. No entanto, foi somente por meio do decreto de 16 de Setembro de 1824, que foi permitido aos estrangeiros, estabelecerem empresas com o objetivo de explorar o solo brasileiro, em especial, o solo mineiro.

No caso específico de Itabira do campo, atual Itabirito, a empresa que possuía grande atuação na freguesia era a *Brazilian Company*. Antes de pertencer a esta mineradora, a área que corresponde às minas e aldeias de Cata Branca e Arêdes, ficavam sob o domínio de colonos paupérrimos brasileiros e/ou estrangeiros. Esta situação se alterou quando o Conde de Linhares comprou essas terras, vendendo-as posteriormente ao anglo americano Dr. Cliffe, que em 1833 fundou a *Brazilian Company*, sendo a compra concluída por Mr. A. F. Mornay que posteriormente se tornou superintendente da Mina.

O local conhecido como Arêdes fica a Sudoeste do Pico do Itabirito, nesta área, existe uma Serra de mesmo nome que uma formação rochosa de quartzo duro. De acordo com o viajante Richard Francis Burton, em meados do século XIX: “(...) A Mina de Arêdes, a 8 milhas a sudoeste, ficava além do Pico; nesse ponto a serra é coberta de rochedos de quartzo duro, (...) essa formação estende-se para o sul e a oeste de Itabira (...)” Arêdes mostra, também, uma pequena formação de jacutinga, contendo ouro vermelho, (...). O solo era bom e continha de uma a duas milhas quadradas de terra arável, que produz todos os cereais da Europa.”<sup>2</sup>. Um fator que também pode ser descrito como característico ao solo da área, é a formação de “Jacutinga”, um tipo de solo desconhecido aos mineradores estrangeiros. Em decorrência deste fator, ocorreram vários desabamentos nas minas, sendo este solo descrito como lamacento, exigindo habilidade para ser escorado, e difícil de ser drenado.

A origem do nome dado à mineradora é associada à existência de uma tribo indígena. De acordo com SILVA, existem vestígios que acabam por comprovar a existência desta tribo:

*“(...) Para além do acompanhamento existente em Cata Branca, no curso da estrada de minério que bifurca com a antiga estrada de Itabirito para o Pico, estão vestígios de uma ocara, oculta entre escarpas rochosas, que não alteram a fisionomia da região e oferece real ajuste com o meio campesino, dando-lhe antes viva-expressão.*

<sup>2</sup> BURTON, Richard Francis. Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho. São Paulo: Editora Itatiaia, 1976, p. 164.



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

*Formam, em linha, uma cadeia não muito longa, que não se vê apenas, mas que se vê para sentir-se o efeito de seu impressionante conjunto. Pois é aí, dentro deste cercado em que se penetra por estreita abertura, que há, a guisa de porta, como que anfiteatro onde outrora os pobres silvícolas da região, certamente os Arêdes que deram o seu nome à Serra próxima, viviam felizes os seus dias de festa. É uma área de forma circular, de chão batido ou saibro, delimitada por pequenos lagos, formando ligeiras elevações para o assento. Entre elas, uma maior e pouco mais alta, provavelmente destinada ao pajé. Nota-se uma pedra escavada em forma de bacia rasa, que outra coisa não era senão utensílio para preparação ou depósito de alimentos.(...) “<sup>3</sup>.*

A área de Arêdes possui densa e exuberante vegetação, composta de campos rupestres, cerrados, e nascentes. Essas maravilhas naturais compõem um cenário que juntamente com o conjunto de ruínas se tornam um testemunho de épocas de outrora. Ao visualizarmos as edificações de pedra é possível identificar vestígios que comprovam a existência dos primitivos habitantes da região. Na pesquisa, podemos levantar a hipótese sobre a presença de indígenas quando ao observarmos as edificações, percebemos a construção de seteiras nas janelas, funcionando como uma proteção a ataques indígenas.

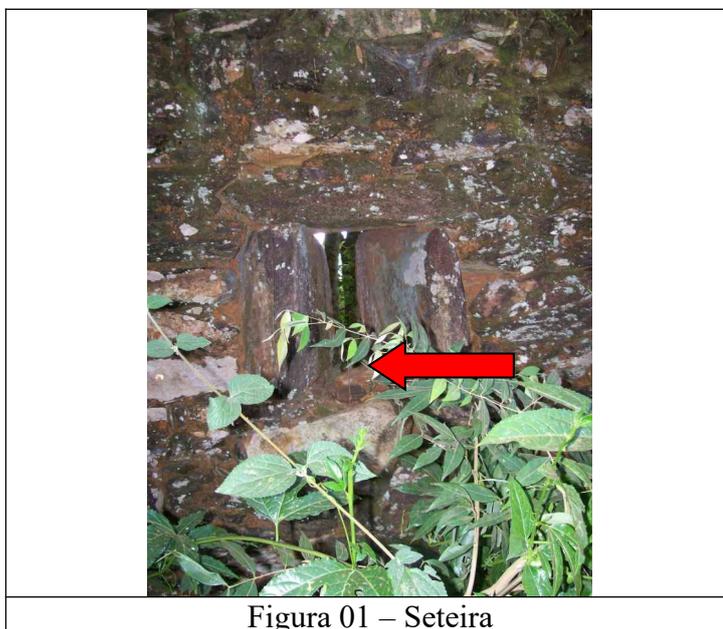


Figura 01 – Seteira

De acordo com muitos pesquisadores, a probabilidade da origem do nome dado a tribo, a comunidade, e a região, inclusive a Serra que compreende a área, relaciona-se à utilização de um sobrenome comum na Europa, pertencendo, conseqüentemente a alguns

<sup>3</sup> SILVA, Olímpio Augusto da. Itabirito, minha terra. Organizado por Thelmo Lins e Rogério Malheiros Leão. Itabirito: Prefeitura Municipal, 1996, p. 35,36,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

colonizadores. No inventário do município de Itabirito, encontramos em um subtítulo que se ocupa em descrever a história do município, a afirmação:

*“(...) O sobrenome Aredez é comum ao mundo Ibérico, portanto além designar o nome dessa localidade, a partir da ocupação empreendida por espanhóis, portugueses ou colonos, é possível que esse sobrenome tenha confundido os pesquisadores do início do século XX, que passaram a divulgar a mesma denominação tanto para o povoado quanto para as etnias indígenas que ocuparam essa região (...)”<sup>4</sup>.*



Figura 02 – Serra de Arêdes

A mina de Arêdes é citada pelo Conde de Suzannet, em 1845, como uma fábrica de ferramentas cujo funcionamento era de grande importância para a mina de Cata Branca, acerca desta o Conde afirma:

*“(...) A duas léguas de Cata Branca fica uma usina de ferro explorada pela mesma companhia. O minério de ferro é muito abundante na região e dizem que o metal é superior em dureza ao da Suécia. Todas as ferramentas empregadas na mina são fabricadas aí. Esta usina é reservada exclusivamente para satisfazer as necessidades da companhia (...)”<sup>5</sup>.*

Ao passo que povoados se estabeleciam em determinadas regiões, uma das primeiras medidas tomadas era realizar a edificação de uma capela. Podemos verificar que entre as ruínas da Mina existe uma capela, sendo esta erigida em homenagem ao Santo de devoção popular São Sebastião.

<sup>4</sup> IPAC do município de Itabirito, IEPHA, 2007 exercício de 2008.

<sup>5</sup> SUZANNET, Conde. O Brasil em 1845 (Semelhanças e diferenças após um século). Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1957, p.113.



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

#### VI. Análise Técnica – Descrição

As ruínas da Mina de Arêdes se encontram em uma região no entorno do Pico do Itabirito, este possui importância fundamental não só para o município, mas também, para o Estado de Minas Gerais. Durante a época dos desbravamentos empreendidos pelos bandeirantes, o Pico era tido como um marco geográfico. O Pico do Itabirito é uma formação rochosa de minério de ferro compacto, algumas vezes identificado como um monólito de importância ímpar, constituído de óxidos de ferro (hematita e magnetita), possuindo uma reserva, segundo dados, de 94 milhões de toneladas de minério.



Figura 03 – Localização da região de Arêdes em relação ao Pico do Itabirito.

O Pico do Itabirito possui uma formação única a qual foi referenciado pelo o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) quando fez a sua proteção através do tombamento em 1962, tornando protegido não só o pico, mas também seu entorno. Sua proteção pode ser verificada ainda a nível estadual por meio da Constituição Estadual de 1989. A mina de Arêdes se encontra localizada em um local próximo ao Pico, como podemos verificar na gravura, sendo relevante para o contexto local.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**



Figura 04 - Extensão da Cava criada devido à atuação de mineradoras.



Figura 05 - Pilha de minério, rejeitos lançados próximo ao local onde se encontram as ruínas.



Figura 06 – Vista aérea da localização da Mina de Arêdes.

No século XX, há uma retomada para exploração de minerais na região, sendo o enfoque direcionado para a extração de ferro e manganês. Sendo assim, as ruínas pertencentes à Mina de Arêdes se encontram ameaçadas devido à atuação irregular de uma mineradora. O arquiteto urbanista e cientista social Hirashima, afirma que as degradações na área foram anteriormente provocadas pela SAN VICEL Mineração Ltda e agora ocorrem por parte das mineradoras MINAR - Mineração Arêdes Ltda contratada pela Rede Guza Mineração Ltda. Essas mineradoras estão atuando de forma degradatória, lançando rejeitos na área da antiga Mina, podendo, desta forma, comprometer estudos sobre o local, como podemos verificar nas fotografias.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**



Figura 07 – Localização da Cava, das ruínas e da Pilha de Minério.

### Descrição arquitetônica

A pedra natural, enquanto material imediato e acessível, utilizada em objetos e construções, tem acompanhado o homem desde o período pré-histórico e, em sua perenidade, vem registrando a trajetória das civilizações. Inicialmente empregada na forma bruta, foi sendo, ao longo do tempo, dominada e transformada em delicado e profuso ornato.

As construções de pedra argamassada ou seca – pedra sobre pedra, sem uso de argamassa – surgiram lentamente. Nesta fase inicial foram usados, para alvenarias, blocos avulsos de canga, nome dado ao minério de ferro. Estas alvenarias, depois de erguidas, eram revestidas. As peças de canga, quando entalhadas, apresentavam acabamento rústico devido à granulação grossa da rocha.

No local estudado, há três conjuntos de ruínas, que são vestígios de uma civilização que, em tempos remotos, ocupou aquela área. A pedra é a matéria prima utilizada. Conforme relatos constantes dos autos as edificações possuem características de usos residenciais e religiosos e há também muros de pedras.

Todos os conjuntos de ruínas estão tomados por vegetações, o que dificulta a análise técnica.

As construções possuem paredes estruturais de pedra, que não recebem reboco, ficando o material construtivo aparente. Possuem larga espessura, apresentando formas de assentamento variadas.

### Ruína 01

Algumas ruínas apresentam a técnica construtiva de argamassa de pedra e barro ou pedra e cal, onde as pedras são aplicadas tanto em seu estado natural como beneficiadas. Intercalam-se pedras de maior tamanho com pedras menores, que formam um entremeado chamado de “canjicado”.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**



Figura 08 – Conjunto de ruínas 01



Figura 09 – Paredes em pedra, com assentamento tipo “canjicado”.

A ruína apresenta dois vãos de janelas retangulares, cuja verga é reta e constituída por uma única pedra aparelhada. Entre os vãos de janela, houve desmoronamento da alvenaria, onde pode ter havido outro vão de janela ou porta, seguindo a modulação existente na fachada. As paredes são bem aprumadas e aparelhadas.

Não há indícios da cobertura outrora existente.

**Ruína 02**

Trata-se de trecho remanescente de muro de pedras. As pedras foram aplicadas em seu estado natural, assentadas umas sobre as outras e aparentemente a alvenaria foi erguida utilizando argamassa de barro.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

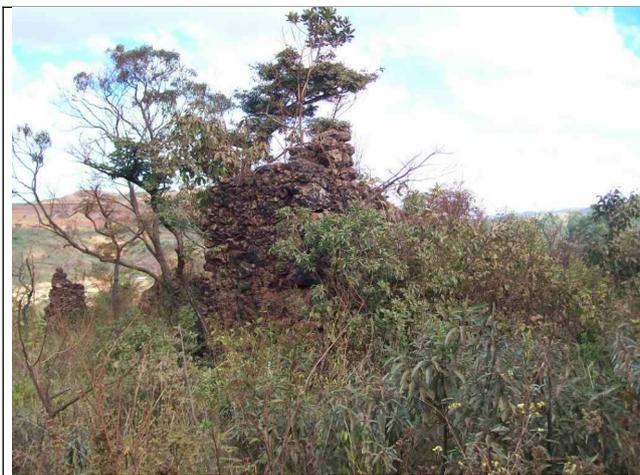


Figura 10 – Vista do muro.



Figura 11 – Muro.

### **Ruína 3 - Conjunto**

Trata-se de um conjunto de ruínas.

Há uma edificação onde provavelmente funcionava uma capela, devido à presença de uma mesa de altar feita de pedras. As pedras foram aplicadas em seu estado natural, assentadas umas sobre as outras, intercalando-se pedras de maior tamanho com pedras menores e aparentemente a alvenaria foi erguida utilizando argamassa de barro.

Não há indícios da cobertura outrora existente, mas acredita-se que se desenvolvia em duas águas, devido à presença da empena triangular. Possui abertura em seteira<sup>6</sup>, que forma um vão na alvenaria no sentido vertical.

<sup>6</sup> As seteiras são detalhes construtivos que previam tanto a defesa quanto o ataque. Bastante empregada na arquitetura medieval, pode ser descrita como um vão de alvenaria na forma de uma faixa vertical, cuja altura corresponde a aproximadamente cinco vezes a sua largura. Em geral, possui peitoril de aproximadamente trinta centímetros e o seu topo dista aproximadamente trinta centímetros do teto. Conforme o período construtivo e a sua região pode ser simples ou cruzetada. Com a introdução das armas de fogo, a partir do século XIV, algumas apresentam adaptação para tiros de arcabuz ou de mosquete.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**



Figura 12 – Ruínas da capela.



Figura 13 – Seteira da capela.

A outra edificação possui características de função residencial. As paredes são de pedra bem aprumadas e aparelhadas. As pedras foram aplicadas em seu estado natural, assentadas umas sobre as outras e aparentemente a alvenaria foi erguida utilizando argamassa de barro. Apenas em alguns trechos foram utilizadas pedras de cantaria aparelhadas, principalmente junto aos vãos em verga reta, que é constituída por uma única pedra aparelhada, o mesmo ocorrendo nas ombreiras das janelas.



Figura 14 – Edificação com características residenciais.



Figura 15 – Vista dos vãos e da alvenaria de pedras.

A edificação também apresenta seteira (vide nota de rodapé nº 6), provavelmente utilizada para questões de segurança, tanto na defesa quanto no ataque.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

Encontra-se com cobertura de telhas de amianto, material contemporâneo, não original da época da construção, que se encontram instaladas de forma precária, com pedras sobre a cobertura para auxiliar na sustentação das telhas.



Figura 16 – Seteira.

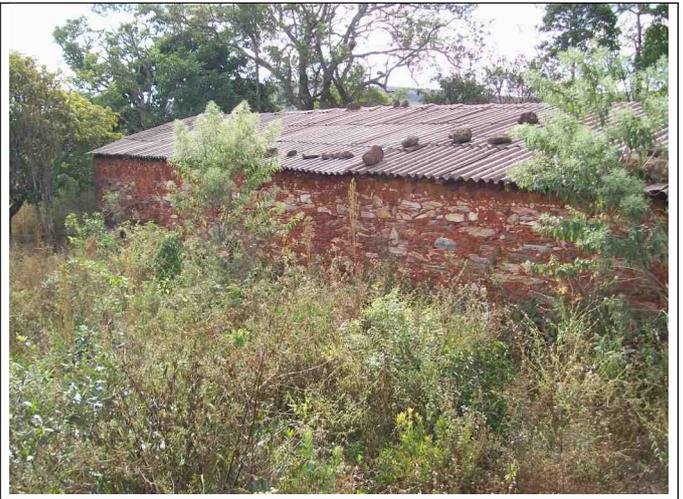


Figura 17 – Cobertura de telhas de amianto.

Acredita-se que a alvenaria de pedras original recebeu emendas, também feitas de pedra e barro, dada a diferença de tonalidade do material e à dimensão das pedras. Ocorreu junto à seteira, na fachada dos fundos e na empena da fachada lateral.



Figuras 18, 19 e 20 – Vista das emendas na alvenaria de pedras.

Há outra ruína junto a este conjunto, onde permanecem pequenos trechos de alvenaria de pedra e um vão de janela em arco abatido, trabalhado em cantaria, cujas ombreiras e vergas são constituídas por uma única pedra aparelhada. Há também trecho remanescente de muro, onde as pedras foram aplicadas em seu estado natural, assentadas umas sobre as outras aparentemente erguido utilizando argamassa de barro.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**



Figura 21 – Vão de janela em arco abatido.



Figura 22 – Muro de pedras.

**VII. Conclusões:**

As ruínas são datadas do século XIX, não estão inventariadas e não há estudos aprofundados sobre as mesmas. Havendo a descaracterização da área, poderá ser causado ao bem um dano irreversível. As ruínas são vestígios que tornam possível o desenvolvimento de estudos sobre os ocupantes anteriores da região.

De acordo com o Plano Diretor de Itabirito, lei 2466 de 14/12/2005, o Patrimônio Cultural é um dos princípios fundamentais:

*Artigo 3º. - São também princípios fundamentais do Plano Diretor:*

*II- a preservação do meio ambiente natural e cultural do Município;*

*§ 1º. - A cidade cumprirá a sua função social quando assegurar como direitos de todo cidadão o acesso à moradia, transporte público, saneamento básico, energia elétrica, iluminação pública, saúde, educação, cultura, creches, lazer, segurança pública, espaços e equipamentos públicos e a preservação do Patrimônio Cultural.*

Bem como os objetivos do Plano Diretor estão envolvidos na preservação do Patrimônio Cultural:

*Artigo 5º. - São objetivos do Plano Diretor de Itabirito:*

*I- ordenação do crescimento do Município, em seus aspectos físicos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e administrativos;*

*II- pleno aproveitamento dos recursos administrativos, financeiros, naturais, culturais e comunitários do Município, respeitando a capacidade de suporte dos recursos naturais e as características culturais, históricas e sociais locais;*

*V- preservação do Patrimônio Cultural do Município, nos termos do que reza o artigo 216 da Constituição Federal de 1988;*

Sendo que deve integrar ao Plano Diretor as diretrizes e outras leis que visem a proteger o Patrimônio Cultural:



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

*Artigo 13 - Integram o Plano Diretor, as diretrizes, normas gerais e demais instrumentos legais que regerão a política de desenvolvimento sustentável do Município e a ordenação do seu território, visando, em termos gerais:*

*VI- proteger o Patrimônio Cultural, compatibilizando o desenvolvimento urbano com a proteção do meio ambiente, através da racionalização do patrimônio natural, histórico-cultural e construído, promovendo sua conservação e recuperação em benefício das gerações atuais e futuras.*

Concluímos que, esgotadas as reservas auríferas, as minas foram abandonadas, restando as ruínas daqueles áureos tempos. As ruínas pertencentes à Mina de Arêdes são de grande valor cultural para o município de Itabirito por ser referência ao período das extrações de ouro e outros minerais e por representar um marco inicial da história de Itabirito. Além disso, se localizam junto a uma paisagem de beleza cênica, cercada por exuberante vegetação e com a presença de nascentes.

Sendo assim, as ruínas são consideradas um lugar de memória, de significado valor cultural para a comunidade de Itabirito. Dada a importância da preservação desse local e de forma a garantir sua preservação, deverá ser feita a proteção do bem, iniciando pelo inventário, uma vez que o imóvel é portador de referência à memória da comunidade.

#### **5.1 – Medidas emergenciais e principais providências para restauração e conservação**

Transcorridos vários anos de sua construção, as alvenarias de pedra apresentam níveis diferenciados de degradação. Algumas peças começam a se danificar e ter sua função estrutural comprometida, principalmente devido à ação de agentes de origem química, física e biológica, em ação isolada ou conjunta. Muitas vezes avarias graves têm sido provocadas pelo homem, como as ações de vandalismo.

Inicialmente, é necessário detectar as causas de deterioração para eliminá-las ou minimizá-las na medida do possível. Deve-se identificar os materiais empregados nas edificações, efetuar um rigoroso levantamento de todas as patologias que estão afetando a obra, realizar o reconhecimento da influência dos agentes atmosféricos e ambientais no processo de deterioração da pedra e, quando se suspeita da influência de ataque biológico no processo de deterioração da pedra, os agentes biológicos (algas, bactérias, fungos, plantas, etc.) também devem ser analisados.

As principais operações de tratamento inerentes à conservação da cantaria são<sup>7</sup>:

- Limpeza – remoção de todas as substâncias que efetivamente causam o processo de deterioração da pedra ou contribuem para isso.
- Reconstituição - consiste na reconstituição das perdas ocorridas, através da aplicação de pedras com as mesmas características físicas da original.
- Consolidação – consiste na impregnação de produtos que penetram na pedra, melhorando e aumentando a coesão do material alterado em seu substrato, resultando na melhor resistência aos processos de deterioração.

<sup>7</sup> Manual de conservação de cantarias – Programa Monumenta.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

- Proteção - pode ser feita através do uso de produtos químicos ou de uma efetiva ação externa para eliminar as fontes de degradação da pedra.

É importante lembrar que estes trabalhos devem ser realizados por profissionais com comprovada capacitação técnica, para que ocorra uma correta escolha das técnicas a serem utilizadas e que as intervenções sejam bem executadas.

Devem ser removidos acréscimos feitos *a posteriori*, que descaracterizam o bem, como por exemplo, as telhas de amianto.

Além disso, sugere-se a execução de outros serviços, tais como: limpeza geral do entorno das ruínas para uma maior valorização do bem cultural e utilização de placas educativas relatando a importância do espaço cultural para a comunidade.

As ruínas de Arêdes e sua história local devem ser pesquisadas através de estudos históricos, arquitetônicos e, principalmente, arqueológicos.

“Nenhuma intervenção que tenha por finalidade salvaguardar as condições físicas de um monumento poderá ser considerada como trabalho de restauração se não proporcionar ao observador a fruição plena e legítima, que permita a leitura da mensagem histórica.”<sup>8</sup>

São essas as considerações deste setor técnico, que se coloca à disposição para o que mais se fizer necessário.

Belo Horizonte, 28 de julho de 2008.

Andréa Lanna Mendes Novais  
 Técnica do Ministério Público - Arquiteta Urbanista – Crea 70833/D - MAMP 3951

Karol Ramos Medes Guimarães  
 Técnica do Ministério Público – Historiadora – MAMP 3785

Paula Carolina Miranda Novais

<sup>8</sup> Artes e ofícios. A cantaria mineira. Artigo de Clarisse M. Vilela, escrito para o Portal Vitruvius ([www.vitruvius.com.br](http://www.vitruvius.com.br)) em outubro de 2003.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

Estagiária de História do Ministério Público.



Promotoria Estadual de  
Defesa do Patrimônio  
Cultural e Turístico  
de Minas Gerais

Rua Timbiras, n.º 2941 - Barro Preto - Belo Horizonte-MG - CEP 30140-062  
Telefax (31) 3250-4620 – E-mail: [cppc@mp.mg.gov.br](mailto:cppc@mp.mg.gov.br)